

A paternidade fragmentada

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS

O progresso científico e a evolução dos costumes foram atropelos que mudaram os paradigmas da paternidade e da maternidade, antes assentados na procriação, na filiação e no prazer.

Para hoje gerar-se, não é preciso a relação sexual, o parto pode ser operado por outro útero, os bancos de sêmen contribuem com material para substituir a participação masculina, os filhos têm diversas mães, o que se deve a recomposições familiares, à adoção, às técnicas de reprodução assistida, aos arranjos derivados de novas uniões, ao divórcio.

A regra geral é ter-se uma mulher que contribui com óvulos e útero gestante, enquanto o homem adere com seus espermatozóides, o que, através do congresso genésico, origina um ser com um pai e uma mãe.

Agora, vislumbre-se a hipótese em que a mulher não possa conceber, em vista de estenose ou seqüelas de inflamação íntima, sendo seu marido fértil: embora ela produza óvulos, o casal terá de recorrer à fertilização assistida homóloga, gerando uma criança que terá de se abrigar num útero de substituição, tendo assim um pai e duas mães (a biológica e a substituta).

As recombinações são inúmeras, sempre se considerando a mulher, participando ou não com útero e óvulos, o marido com a contribuição ou não de espermatozóides, a mãe substituta que apenas leva a gravidez a termo e os bancos de sêmen e óvulos.

Na hipótese que a mulher não produza óvulos e não possa acolher o embrião, que seu marido seja estéril, mas desejando filhos, teriam de conseguir alguém que gestasse o ser concebido com o sêmen e óvulos de terceiros, tendo-se a curiosa situação de uma criança com dois pais -um biológico doador dos espermatozóides e outro jurídico que promoveu o registro civil-, e três mães, a biológica que cedeu os óvulos, a substituta que contribuiu com o útero de substituição e a jurídica, que deu o nome ao novo ser!

Quanto à paternidade não haveria maiores problemas, por que a doação de gametas masculinos é sigilosa, apenas a clínica de fertilização conhece a identidade do doador, o que pode somente revelar às instâncias judiciais quando ocorra situação de uma grave moléstia genética.

Já a maternidade pode determinar controvérsias, instalando-se um conflito entre três pessoas que desejam assumir a criança: muitas vezes se privilegia a mãe substituta que desenvolveu afinidade com o nascituro durante a gravidez, que fez o aleitamento, isso se tiver condições de criar e educar.

Em outras ocasiões, a preferência é da mãe biológica, pois a genitura de substituição foi mera hospedeira, parte de um contrato gratuito entre parentes até o segundo grau, valorizando-se mais a contribuição dos gametas.

Mas também há decisões favorecendo a filiação socioafetiva, ou seja, de quem assumiu e levou adiante o sonho da maternidade, até mesmo aceitando estranhos na busca do cumprimento de seu desejo.

Em suma, é preciso examinar-se o caso concreto, considerando-se a vontade de quem externou o sentimento materno, e privilegiando-se o maior interesse da criança, o que se constitui em garantia escrita na Carta Magna.

Assim restam abalados os critérios tradicionais de que pai é que convola núpcias e de que a mãe é sempre certa..

Autorizado e disponibilizado pelo autor